

EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRANSPORTES

Cariello, Nardelli e Vasconcelos

Qual a solução para os setores da educação, saúde e transporte? Estatizar, privatizar ou manter o regime misto?

Cariello — A questão é assegurar o direito à saúde a todo o cidadão. Isso significa o quê? Significa que é um dever intransferível do Estado, significa que o sistema nacional de saúde deve ser estatizado, significa que a gratuidade do atendimento médico tem que ser assegurada pelo Estado. Com relação ao transporte é necessária a estatização, pois entendo que o estado tem obrigação de assegurar o deslocamento do cidadão de casa para o trabalho, do trabalho para casa e para suas necessidades comuns de lazer, de educação. Então, defendo a gratuidade em termos de saúde, a estatização em termos de saúde e a estatização dos transportes.

Em relação à saúde, há uma discussão sobre a estatização, acho que o critério é assegurar o atendimento médico à população e assegurar suas condições de saúde o que inclui salário, emprego e uma série de outras condições materiais de existência do trabalhador, como o di-

reito ao lazer. Eu acho que a rede privada deve ficar não subsidiada pelo Estado, não atendendo a convênios com o INPS, mas como opção, como deve ser a escola privada. Quem quer uma escola católica ou universidade metodista que pague para freqüentar, mas que seja uma alternativa, não um recurso de educação para quem não pode freqüentar uma universidade pública, como acontece hoje.

Nardelli — Eu acredito que é fundamental, o Cariello colocou bem, o direito à educação, à saúde e ao transporte, as condições dadas à população para que isso seja possível. Quanto à questão da estatização, corre-se um risco muito grande: tivemos agora uma experiência no Rio de Janeiro, onde ocorreram desapropriações de algumas linhas de ônibus e os resultados econômicos disso foram terríveis. Eu acho que deve-se controlar os lucros das empresas que prestam serviços de saúde e transporte à população e que se deve assegurar ao trabalhador condições para que ele tenha acesso a esses serviços.

E na área de privatização da

saúde, que seja da forma como foi colocado, que seja opcional. Se alguém deseja ter um atendimento particular que pague para isso, mas o Estado tem obrigação de fornecer atendimento de saúde gratuito.

Geraldo — Eu acho que nem tanto ao céu nem tanto à terra. Em algumas regiões do País existem casos especiais. Eu sou a favor da iniciativa privada, considerando que o Estado nunca tem resolvido tudo. No caso do Rio de Janeiro, o que eu sei é que está funcionando muito bem e que não foram todas as empresas estatizadas, apenas um grupo que estava se insurgindo quanto ao atendimento à população, sem cumprir os regulamentos do departamento de concessão, e o governo as puniu exemplarmente.

Eu acho que quando for preciso a intervenção do Estado para proteger o trabalhador, proteger a população, ele deve intervir imediatamente, mas deve manter as duas opções: o Estado na sua área primordial e a iniciativa privada como auxiliar dessas áreas nos momentos de maiores necessidades.